

ESTATUTO, IDENTIDADE ÉTNICA E PERCEPÇÃO DE VARIABILIDADE NAS CRIANÇAS

Carla Mouro, Maria Benedicta Monteiro e Ana Guinote

Resumo O objectivo do estudo consistiu em averiguar o papel moderador do nível de identificação com o grupo na relação entre o estatuto (assimétrico) dos grupos e a percepção de variabilidade intragrupal. Este estudo foi realizado com crianças de nove e dez anos, brancas e negras, a frequentar escolas com maioria de crianças brancas. O desenho factorial consistiu em 2 estatuto étnico x 2 nível de identificação x 2 grupo-alvo, sendo o último factor intra-sujeitos. A percepção de variabilidade foi medida através da adaptação da tarefa de distribuição de Linville *et al.* (1989), de onde resultaram duas medidas de variabilidade, a variância e a amplitude. Os resultados confirmaram as hipóteses de partida: verificou-se um efeito principal do grupo-alvo avaliado, sendo o grupo das crianças brancas é percebido como sendo constituído por elementos mais diferenciados do que o grupo das crianças negras. O estatuto étnico, o grupo-alvo e o nível de identificação interagem mostrando que, quando é o grupo de baixo estatuto (negro) a avaliar, as suas percepções dos grupos-alvos diferem consoante o seu grau de identificação étnica. As crianças negras com elevada identificação étnica percebem o seu grupo como mais homogéneo do que o das crianças brancas, enquanto que as crianças negras com moderada identificação étnica percebem ambos os alvos com o mesmo grau de variabilidade. Os resultados são discutidos no âmbito da teoria da identidade social e sugerem-se linhas de investigação que tenham em conta a importância das identidades múltiplas para estes processos.

Palavras-chave Percepção de variabilidade, identidade étnica, relações intergrupais, estatutos assimétricos, psicologia social do desenvolvimento.

Tem-se tornado cada vez mais saliente, nas últimas décadas, que a composição da sociedade portuguesa, principalmente nas zonas mais cosmopolitas, está, à semelhança do que acontece em vários países da Europa, cada vez mais marcada por uma crescente diversidade cultural. Essa tendência de pluralidade de etnias ou culturas atinge não apenas o mercado de trabalho, mas também as escolas portuguesas. O presente estudo pretende investigar um dos processos intervenientes nas relações intergrupais, a percepção de variabilidade intragrupal, ou seja, a forma como percebemos os elementos de um grupo como sendo mais semelhantes (“são todos iguais) ou mais diferenciados entre si (somos todos diferentes uns dos outros”). Coloca-se aqui o foco sobre as relações interétnicas, e mais

Carla Mouro, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE. Maria Benedicta Monteiro, Departamento de Psicologia Social e das Organizações e Centro de Investigação e de Intervenção Social, ISCTE. Ana Guinote, Centro de Investigação e de Intervenção Social, ISCTE.

s especificamente entre crianças brancas e negras que frequentam o ensino básico público. Estudos nesta área têm revelado um pouco por todo o mundo que as crianças minoritárias, com estatuto baixo, mesmo sendo já imigrantes de segunda geração (o que significa, por exemplo, no caso português, que nasceram já em Portugal), têm percepções mais desfavorecidas do seu grupo do que do grupo que as “acolhe”, e têm uma identidade menos positiva com o seu grupo do que as crianças maioritárias de alto estatuto. Por sua vez, as crianças de alto estatuto tendem a favorecer o seu grupo (replicando o que está socialmente definido). A forma como a percepção de variabilidade afecta estas percepções tem sido pouco estudada, assim como a sua relação com factores psicossociais que condicionam também as relações interétnicas.

A identidade social e a percepção de variabilidade intragrupal têm sido estudadas de forma relativamente independente (quer em grupos naturais, quer em grupos mínimos), embora a teoria da identidade social (TIS) de Tajfel (1978) considere que este é um processo sociocognitivo que interfere directamente na categorização social. Na última década, este modelo foi reintroduzido nos estudos sobre a percepção de variabilidade, procurando-se comprovar que é afectado mais por factores cognitivo-motivacionais, como o grau de identificação com o grupo, ou de contexto social, como o estatuto dos grupos na relação (e.g. Simon & Pettigrew, 1990; Doosje, Spears, Ellemers & Koomen, 1999), do que, por exemplo, pela natureza do grupo avaliado (endogrupo *vs.* exogrupo, e.g. Park & Judd, 1990). Partindo da articulação entre processos sociocognitivos e condições sociais, propomo-nos contribuir para a análise da relação entre a identidade social e a percepção de variabilidade intragrupal de grupos socialmente relevantes num cenário social de relações entre grupos com estatutos assimétricos, procurando contribuir simultaneamente para uma melhor compreensão do modelo da TIS.

A percepção de variabilidade intragrupal

A percepção de variabilidade intragrupal, isto é, o grau em que percebemos membros de um grupo como diferentes entre si, tem sido uma das áreas actualmente mais estudadas no domínio dos estereótipos e das relações intergrupais. O interesse por esta área de investigação aumentou a partir dos anos 80, momento em que alguns resultados experimentais mostraram que os grupos sociais não são apenas representados por protótipos, ou seja, pela tendência central ou média das características dos membros do grupo, mas também por informação relativa à variabilidade percebida em relação aos elementos desse grupo (e.g. Park & Rothbart, 1982; ver Guinote, 1999a).

A acentuação de contrastes entre estímulos pertencentes a diferentes categorias pode ser considerada como um aspecto básico do processamento de informação humano. Na sequência da teoria da forma, alguns investigadores, e particularmente Tajfel e Wilkes (1963), estudaram as características deste processo. As diferenças quantitativas entre estímulos pertencentes a duas categorias

diferentes são acentuadas quando a divisão categorial está sistematicamente relacionada com os aspectos que estão a ser julgados (diferenciação intercategorial ou intergrupais). A acentuação de semelhanças dos estímulos pertencentes à mesma categoria social também é predita pelo modelo de diferenciação categorial, sendo denominado este efeito de acentuação de semelhanças intracategoriais ou intragrupais. Tajfel (1959; Tajfel, Seikh & Gardner, 1964, cit. em Doise & Lorenzi-Cioldi, 1989) aplicou directamente este modelo de acentuação dos contrastes aos juízos relativos a semelhanças e diferenças entre grupos étnicos. Tajfel *et al.* (1964) efectuaram uma experiência em que os participantes procediam à avaliação de grupos étnicos através de um diferenciador semântico; os resultados mostraram que os membros de cada grupo étnico eram percebidos como mais parecidos entre si (partilhavam as mesmas características) quando se tratava de atributos que faziam parte do estereótipo do grupo. Deschamps e Doise verificaram, através de um conjunto de pesquisas (Deschamps, 1984; Deschamps & Doise, 1978; Doise, Deschamps & Meyer, 1978), os pressupostos deste modelo, concluindo que a acentuação das semelhanças intragrupais percebidas acontece em paralelo com a acentuação das diferenças intergrupais percebidas.

Posteriormente, a pesquisa sobre os processos responsáveis por este fenómeno foi-se organizando em perspectivas mais cognitivistas ou mais motivacionais (v. revisão de literatura de Devos, Comby & Deschamps, 1996). As diferentes abordagens segundo as quais tem sido estudada a percepção de variabilidade podem, portanto, ser organizadas essencialmente em dois grupos, tomando em consideração que não são necessariamente estanques:

- a) cognitivas: nas quais se destacam as explicações relativas à familiaridade diferenciadora (Linville, Fischer & Salovey, 1989) e as diferenças no processamento de informação (Judd e Park, 1988);
- b) motivacionais: das quais se podem salientar as pesquisas relativas à influência da necessidade de uma identidade social positiva (Tajfel & Turner, 1986), de assegurar a previsibilidade do exogrupo (Stephan, 1977), ou de justificar comportamentos discriminatórios e de proteger o eu relativamente a estes (Wilder, 1984).

A distinção entre as duas abordagens é facilmente apreendida: nas abordagens cognitivas, os sujeitos lidam com a informação de acordo com as suas capacidades e expressam julgamentos com base na informação que possuem; nas abordagens motivacionais, os sujeitos são orientados pelas suas percepções e fazem julgamentos de valor estratégico. Esta diferenciação é importante também ao nível dos resultados obtidos pelas diferentes abordagens: é que, segundo a perspectiva cognitivista, existe um efeito universal, o Efeito de homogeneidade do exogrupo (Park & Rothbart, 1982), que consiste na percepção de menor variabilidade do exogrupo que do endogrupo, considerando os membros do outro grupo como mais semelhantes entre si que os do próprio grupo.

As abordagens motivacionais são inspiradas nos modelos clássicos sobre

motivações e têm encontrado o efeito oposto ao da corrente anterior, ou seja, um efeito de homogeneidade do endogrupo. Uma das motivações mais frequentemente citadas para explicar os juízos de variabilidade é a orientação para uma identidade social positiva (Tajfel & Turner, 1986). Nesta abordagem, essa identidade social positiva decorre das comparações que os membros dos grupos fazem entre o endogrupo e o exogrupo, diferenciando positivamente o endogrupo (Tajfel *et al.*, 1971).

A identidade social é definida como “a parte do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhecimento da pertença a um grupo social juntamente com o valor e significado emocional vinculado a essa pertença” (Tajfel, 1978a: 63). A TIS pressupõe que as pessoas procuram ter uma identidade social positivamente valorizada. Uma vez que este valor é estabelecido através da comparação com outros grupos sociais relevantes, pressupõe-se também que as pessoas tentam diferenciar o seu grupo dos outros grupos numa direcção valorizada em termos positivos. Em questões de hierarquia de estatuto social, quanto mais elevado o estatuto de um grupo, maior o seu contributo para a identidade social positiva dos seus membros. De acordo com a TIS (Tajfel, 1978b), as minorias imigrantes, por terem, em geral, na sociedade “de acolhimento”, um estatuto social mais baixo, têm menos poder e menor controlo sobre a situação do que as pessoas aí residentes, e podem, por isso, apresentar uma identidade social negativa nessa dimensão.

Partindo de uma abordagem motivacional, considera-se que “a percepção de variabilidade não é um produto cognitivo invariável do ‘hardware’ humano” (Simon, 1992: 18), mas antes um processo socialmente mediado, constituinte do processo de estereotipia. Ao discutir a relação entre a identificação com um grupo e a estereotipia, Turner (1981) defende que “The cognitive output of a functioning social identification is, in a nutshell, stereotypic perception” (p. 29). A natureza social da estereotipia, e consequentemente da variabilidade percebida, resulta da partilha dos estereótipos por grupos de pessoas num contexto socialmente relevante.

A pesquisa em relações intergrupais tem mostrado que a percepção e o comportamento intergrupais são condicionados por variáveis socioestruturais, como o estatuto, poder e tamanho relativo dos grupos considerados (*e.g.* Sachdev & Bourhis, 1991). Simon e Brown (1987), por seu lado, examinam os efeitos do tamanho relativo dos grupos sobre os julgamentos de variabilidade. Fazer parte de um grupo minoritário parece ameaçar a auto-estima dos sujeitos. Uma possibilidade de responder a esta ameaça é aumentar a homogeneidade, pois, ao fazê-lo, criam maior solidariedade com o endogrupo. Os sujeitos que pertencem ao grupo maioritário não sentem ameaçada a sua auto-estima e tendem a enfatizar a sua heterogeneidade (*e.g.* Simon & Pettigrew, 1990; Simon, Kulla & Zobel, 1995). Algumas investigações sobre o preconceito étnico contribuem para esta ideia, mostrando que os membros de grupos étnicos maioritários, para quem a etnia é uma fonte importante de identidade, têm maior tendência para acentuar a percepção de semelhança dos membros do grupo minoritário (*e.g.* Secord, Bevan & Katz, 1956; Tajfel, Sheikh & Gardner, 1964, cit. em Kelly, 1993).

O facto de as percepções de maior homogeneidade dos grupos desfavorecidos e de maior heterogeneidade dos grupos favorecidos serem partilhadas pelos

dois grupos mostram que estes resultados reflectem que as categorizações não ocorrem num contexto social vazio. Simon (1992) argumenta ainda que os estereótipos socialmente partilhados são importantes co-determinantes da homogeneidade que se atribui aos grupos avaliados. Neste sentido, Simon, Glässner-Bayerl e Stratenwerth (1991) verificaram que a partilha de estereótipos sociais (neste estudo, relativos a heterossexuais e homossexuais do sexo masculino) é acompanhada pela partilha do grau de variabilidade percebida relativamente a esses grupos.

Surgem, assim, padrões de diferenciação mais complexos, quando consideramos o estatuto relativo dos grupos em interacção. Parece provável que a procura de distintividade interpessoal dependa das posições individuais na rede de relações intergrupais: os membros de grupos dominantes consideram-se individualmente como ponto de referência, percebem-se como indivíduos únicos e não procuram definir-se a partir da pertença grupal. Por outro lado, os membros de grupos dominados definem-se e são definidos pelos outros mais em termos das categorizações sociais impostas sobre eles (Deschamps, 1982). A procura de diferenciação endogrupal é, portanto, mais forte para os membros de grupos dominantes e será posta em prática quando essa afiliação grupal for tornada saliente. Nesta linha, Lorenzi-Cioldi (1988) propõe uma abordagem da categorização social que toma em consideração as assimetrias sociais e distingue entre diferentes tipos de grupos: grupos dominantes ou “coleção”, categorias sociais constituídas por indivíduos que se percebem como distintos uns dos outros; e grupos dominados ou “agregados”, constituídos por indivíduos que se definem em termos holísticos que os distinguem dos outros grupos, enquanto salientam a semelhança dos membros do endogrupo ao nível pessoal. As pesquisas conduzidas por Lorenzi-Cioldi (1988; 1993; 1998) e Cabecinhas (1994) evidenciam este efeito do grupo-alvo, contrariando a perspectiva de que a percepção de homogeneidade depende apenas dos processos cognitivos do observador (Park & Judd, 1990).

Efeitos do contexto e da identificação sobre a percepção de variabilidade

Cabecinhas (1994) e Guinote (1999b), em estudos sobre percepção de variabilidade intragrupal, verificam que os grupos minoritários imigrantes de origem africana (angolanos) são vistos por si próprios e pelos portugueses como um grupo mais homogéneo do que os grupos de portugueses. Simon e colegas verificaram também que grupos minoritários e grupos de estatuto inferior (Simon & Pettigrew, 1990; Simon & Hamilton, 1994) apresentam um maior grau de identificação com o seu grupo e percebem o próprio grupo como mais homogéneo que o exogrupo (maiorias e grupos com estatuto superior, respectivamente).

Ainda no mesmo sentido, Guinote (2001) analisou as percepções de variabilidade de um grupo (portugueses) em contexto migratório (imigrantes na Alemanha) e não migratório (residentes em Portugal), encontrando um efeito do contexto nas percepções do exogrupo (alemães). Assim, o exogrupo é visto como mais

heterogéneo quando o endogrupo está em contexto migratório, o que a autora explica através de uma maior necessidade de adaptação a um diferente contexto social do grupo imigrado, que leva a prestar uma atenção individualizada aos membros do grupo de acolhimento. Guinote verificou também que os portugueses apresentavam um maior grau de identificação com o seu grupo em contexto migratório do que em contexto nacional.

No âmbito de uma revisão de literatura recente sobre os antecedentes da percepção de variabilidade, Voci (2000) defende que a saliência de diferentes níveis de identidade (pessoal *vs.* social) contribui para se encontrarem diferenças na percepção de variabilidade: quando a identidade pessoal está mais saliente, é mais provável que se encontre um efeito de homogeneidade do exogrupo: se, por outro lado, é a identidade social que está mais saliente, então é provável que surja um efeito de homogeneidade do endogrupo. Estes pressupostos são corroborados pela pesquisa existente, no entanto devem ser tidas em conta outras variáveis que têm um papel relevante nesta perspectiva: a natureza dos grupos (naturais ou laboratoriais), o tamanho relativo dos grupos (maioria, minoria, mesmo tamanho) e as dimensões de análise específicas a cada pesquisa (tipicalidade e/ou valência dos atributos, grau de identificação com o grupo, estatuto dos grupos, etc.). A partir desta análise, Voci verificou a proeminência do efeito de homogeneidade do exogrupo quando grupos naturais majoritários avaliam o endogrupo e o exogrupo, tendo sido salientada a identidade pessoal dos participantes, e que o Efeito de Homogeneidade do Endogrupo é encontrado em grupos minoritários naturais, em atributos positivos e/ou relevantes para a identidade do grupo, quando o endogrupo se sente ameaçado ou existe um elevado grau de identificação com o mesmo (e.g. Kelly, 1989). Nos grupos laboratoriais em que a identidade social está saliente (grupos mínimos), os dois grupos-alvos são percebidos com idêntico grau de variabilidade, corroborando as hipóteses da TIS.

O facto de se pertencer a determinado grupo só contribui para a identidade social positiva se as características associadas a esse grupo permitirem uma comparação favorável com os outros grupos. Kelly (1989) verificou que indivíduos com maior grau de identificação grupal percebem os grupos-alvos (endogrupo e exogrupo) como mais homogéneos do que indivíduos com menor grau de identificação com o grupo de pertença. Ao enfatizar a homogeneidade do endogrupo em dimensões de avaliação positivas ou importantes para a identidade, as pessoas preservam ou estabelecem a distintividade do seu grupo. Simon (1992) considera que o papel dos processos de identificação na percepção de variabilidade não está ainda clarificado, permanecendo por testar questões tais como qual a direcção da relação causal (a existir) entre estes dois fenómenos, ou se uma maior homogeneidade do endogrupo é realmente um indicativo de suporte e solidariedade no seio do grupo.

No mesmo sentido, não estava definido em que termos se processa a relação entre estatuto, identidade e variabilidade. Esta relação é estudada pela primeira vez de forma sistemática por Doosje, Ellemers e Spears (1995). Utilizando o paradigma dos grupos mínimos, e cruzando o estatuto dos grupos com o nível de

identificação com o próprio grupo, mostraram que existe um efeito do grau de identificação sobre a percepção de variabilidade dos grupos, mas apenas em grupos de baixo estatuto: quando têm uma identificação elevada com o seu grupo, os membros de grupos de baixo estatuto tendem a perceber os grupos (endogrupo e exogrupo) de forma mais homogénea do que quando têm uma identificação baixa com o seu grupo. Os membros de grupos de alto estatuto percebem idêntica variabilidade em ambos os grupos, e o seu nível de identificação grupal não contribui para essa percepção. Não foi encontrado, portanto, efeito do estatuto do grupo-alvo avaliado. Estes autores apresentam mesmo a percepção de variabilidade intragrupal como uma “estratégia indirecta de gestão da identidade” (v. também Doosje, Spears, Ellemers & Koomen, 1999; Marques & Páez, 2000), que facilita aos elementos de um grupo a utilização de outras estratégias de gestão da identidade mais directas e eficazes, como a mudança social ou a mobilidade social. Os julgamentos de variabilidade parecem estar relacionados com a estratégia comportamental que o indivíduo irá adoptar quando a identidade do grupo é ameaçada (Ellemers, Spears & Doosje, 1997). Assim, indivíduos com elevada identificação, e que avaliaram os grupos de forma mais homogénea, procuraram manter-se no grupo, enquanto que indivíduos com baixa identificação, e que perceberam os grupos de forma mais heterogénea, tenderam a sair do grupo (mobilidade social).

Em suma, salienta-se que o estatuto dos grupos na relação intergrupala e o nível de identificação com o grupo de pertença parecem ter um efeito conjunto importante, nomeadamente quando nos referimos às avaliações realizadas por indivíduos pertencentes a grupos de baixo estatuto.

Estudos sobre percepção de variabilidade com população infantil

Como acima referido, o estudo que apresentamos foi realizado em meio natural, com crianças brancas de origem portuguesa e negras de origem africana. A escola é um meio privilegiado de contacto entre estas crianças, tornando-se um dos cenários em que as suas percepções sobre os grupos sociais se modificam ou consolidam. Louden e Simmons (1978, citado por Milner, 1984) salientam que as crianças negras são inicialmente socializadas num ambiente culturalmente protegido (guetos) das mensagens racistas; é ao saírem desse ambiente para o ambiente escolar e para o recreio que encontram ideias, atitudes e comportamentos racistas. Partindo de um cenário escolar, procurámos avaliar o modo como estas crianças percebem o seu e o outro grupo em termos da variabilidade intragrupal, que surge associada ao preconceito na literatura relativa ao processo de desenvolvimento infantil (Aboud, 1988).

A consciencialização da existência de categorias sociais não implica a identificação ou preferência por umas em detrimento de outras. A consciência da própria etnia e da etnia dos outros parece iniciar-se com a identificação das diferentes etnias, seguindo-se percepções de semelhança entre membros do endogrupo e

distintividade relativamente a membros do exogrupo e, finalmente, categorização e cognições acerca do significado da filiação étnica (Aboud, 1988). Não obstante, as evidências mostram que crianças com três anos de idade se identificam com as categorias étnicas e de género, e expressam preferências avaliativas. A direcção destas preferências parece estar estreitamente ligada ao estatuto social do seu grupo na sociedade em geral, surgindo respostas diferentes, e mesmo inversas, consoante o grupo é considerado dominante ou dominado (Brown, 1995).

Algumas tentativas para estudar a percepção de variabilidade em crianças foram desenvolvidas no sentido de compreender como se manifesta esta percepção durante a infância, que capacidades cognitivas estão subjacentes ao aparecimento deste fenómeno e qual a sua relação com o preconceito. Segundo a perspectiva desenvolvimentista, é a partir dos cinco anos que se inicia o desenvolvimento de formas de consciencialização mais complexas, como as percepções de semelhança intragrupal e de distintividade intergruppal (Aboud, 1988), continuando a criança a valorizar essas percepções até aos dez anos, altura em que estas são relativamente desvalorizadas em favor de percepções relativas a características individuais (Katz, Sohn e Zalk, 1975). A relação entre as etapas de desenvolvimento infantil e a percepção de variabilidade não tem recebido forte apoio empírico (Bigler, Jones & Lobliner, 1997; Doyle & Aboud, 1995; Guinote, Mouro, Pereira & Monteiro, 2001), embora alguns resultados apontem no sentido de a um maior preconceito estar associada uma percepção de menor variabilidade do grupo desvalorizado. Doyle e Aboud estudaram a evolução do preconceito (estudo longitudinal) em relação aos índios e aos negros em crianças canadianas brancas anglófonas de seis e nove anos, utilizando fotografias de crianças daqueles grupos-alvos. O preconceito foi menor aos nove anos do que aos 6 anos, mas apenas nas crianças com elevado nível de preconceito, e esta redução do preconceito estava associada à percepção dos grupos étnicos como mais semelhantes entre si, à percepção de maior variabilidade intra-étnica e a uma maior aceitação das perspectivas dos outros grupos étnicos.

Yee e Brown (1988) verificaram também que aos cinco anos, em crianças brancas, a etnia surge como um claro critério na tarefa de distribuição de fotografias por grupos (estando outros critérios disponíveis como a idade, o género, a cor do cabelo), sendo este o critério dominante de categorização social aos 8-9 anos. Neste último segmento da amostra, porém, para além da categorização étnica, as crianças organizam ainda as fotografias do endogrupo por subgrupos (por exemplo, tendo em conta a cor do cabelo, loiro ou escuro), não se verificando o mesmo relativamente às fotografias do exogrupo, o que remete para o fenómeno de percepção de homogeneidade do exogrupo (v. Park, Ryan & Judd, 1992, sobre mediação da percepção de subgrupos na percepção de variabilidade).

A evidente preocupação com a redução do preconceito nas crianças dos grupos de estatuto superior faz com que, neste tipo de estudos, não seja considerada a perspectiva do outro grupo. Assim, a influência da assimetria de estatutos que pauta estas relações interétnicas não é avaliada na sua totalidade (e complexidade) quando se remete para segundo plano a perspectiva do grupo dominado. O papel do estatuto assimétrico nas relações intergrupais está bastante documentado na

pesquisa relativa à percepção de variabilidade em adultos (ver acima), o mesmo não se verificando com a população infantil. Em pesquisa anterior (Guinote *et al.*, 2001), procurámos exactamente verificar o efeito do estatuto social dos grupos (alto *vs.* baixo) sobre as percepções de variabilidade, com crianças com idades compreendidas entre os seis e os dez anos. Verificámos que crianças brancas (estudo 1) e rapazes (estudo 2) (grupos considerados de estatuto elevado) percebem maior variabilidade no endogrupo do que no exogrupo, enquanto que as crianças negras percebem maior variabilidade no exogrupo do que no seu grupo. As raparigas não diferenciam os grupos nesta medida.

Também Verkuyten, Masson e Elffers (1995) verificaram que crianças holandesas entre os 10 e os 12 anos vêem os alvos “de cor” como mais semelhantes entre si do que os alvos brancos, efeito que não é reproduzido pelas minorias étnicas que participaram no mesmo estudo. Estes autores, tal como Doyle e Aboud (1995), utilizaram uma medida indirecta de percepção de variabilidade, que consistia na medição da distância na colocação de fotografias em diferentes tarefas relacionadas com categorização e preferências grupais.

De acordo com o problema central deste estudo, não só o estatuto, mas também a identificação com o grupo será um factor determinante nas percepções de variabilidade. Bigler e colegas (1997) estudaram os efeitos da utilização funcional de uma nova categoria social (cor das camisolas) na formação de atitudes intergrupais em crianças norte-americanas brancas. A percepção de variabilidade intergrupais e intragrupal, a par da avaliação do endo e do exogrupo, da identificação com o grupo (resposta a “gostarias de ficar neste grupo?”, com escala dicotómica “sim / não”), das expectativas de melhores resultados do seu grupo numa competição, da preferência por pares e do comportamento de ajuda, foram as medidas dependentes. Nas medidas de percepção de variabilidade, as crianças, de seis e nove anos, em cada grupo de cor, avaliavam a frequência (4 = todos os amarelos/azuis; 1 = nenhum dos amarelos/azuis) da distribuição dos membros do endo e do exogrupo em cinco traços positivos e cinco traços negativos. Partindo da simetria de estatuto dos grupos, a maior percepção de variabilidade intergrupais (diferença entre as avaliações do endo e do exogrupo) e de maior homogeneidade intragrupal (número de valores extremos da escala) na condição de categorização funcional, comparativamente à condição de controlo, mostrou a importância da utilização social das categorias na percepção social dos grupos. Estes autores não encontram diferenças significativas na avaliação dos alvos, e a maior parte das crianças identifica-se com o grupo em que foi categorizada, pelo que esta medida não foi utilizada em análises posteriores. Adicionalmente, verificou-se que a auto-estima (mas não a idade, o sexo ou as competências cognitivas) contribuía significativamente para as maiores percepções de variabilidade intergrupais e de homogeneidade intragrupal.

O objectivo do presente estudo é perceber melhor a influência conjunta de processos cognitivo-motivacionais, o grau de identificação com o endogrupo, e de factores socioestruturais, o estatuto étnico, sobre as percepções grupais, mais especificamente sobre a percepção de variabilidade intragrupal. As hipóteses levantadas para este estudo foram, portanto, as seguintes:

De acordo com a generalidade dos estudos sobre percepção de variabilidade de grupos de estatuto assimétrico, espera-se que o grupo de baixo estatuto seja consensualmente percebido como mais homogéneo do que o grupo de estatuto superior.

O grau de identificação com o endogrupo deverá moderar a relação entre o estatuto dos grupos e a percepção de variabilidade, mas apenas no grupo de baixo estatuto, uma vez que, no quadro da TIS, são os membros destes grupos que enfrentam a necessidade de ajustar a sua percepção social, de modo a reduzirem as consequências negativas da sua posição desvalorizada. Assim, espera-se que a identificação elevada com o endogrupo acentue nos membros destes grupos a percepção de homogeneidade do seu grupo em comparação com a do exogrupo. A baixa identificação com o endogrupo deve reduzir esta procura de uma identidade social positiva no seio do grupo étnico, devendo então ambos os grupos-alvos ser percebidos, nesta condição, com idêntica variabilidade.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 91 crianças brancas e 81 crianças negras, num total de 173 crianças, a frequentar o 4.º ano de escolaridade ($M_{idade} = 9,30$; $d.p. = 0,89$) em escolas públicas de ensino básico na área da grande Lisboa. A percentagem de crianças negras a frequentarem as escolas visitadas era sempre inferior a 50%. Quarenta e cinco por cento das crianças brancas eram do sexo masculino e 55% eram do sexo feminino; 47% das crianças negras eram do sexo masculino e 53% eram do sexo feminino.

O estudo tem um desenho factorial de 2 estatuto étnico (branco *vs.* negro) \times 2 nível de identificação (elevado *vs.* moderado) \times 2 grupo-alvo (branco *vs.* negro), sendo este último um factor intra-sujeitos.

Instrumentos e procedimento

A recolha de dados foi realizada no quadro de uma entrevista individual, numa sala não ocupada, por entrevistadoras brancas, tendo cada entrevista a duração média de 20 minutos. O estudo era apresentado tendo por objectivo saber o que as crianças pensam sobre outras crianças da mesma idade. As tarefas solicitadas às crianças decorreram como segue.

Medida de identificação étnica

A identificação étnica com o endogrupo foi avaliada a partir de duas medidas, a autocategorização e a valorização da pertença ao grupo, seguindo a definição proposta por Tajfel (1978b) de identidade social.

Partindo de dois conjuntos de fotografias organizados por grupo étnico (um conjunto de crianças brancas e um conjunto de crianças negras, do mesmo sexo da criança que respondia), pedia-se à criança que indicasse em qual dos grupos colocaria a sua fotografia. Para esta tarefa foi utilizada a seguinte questão: "Com qual destes grupos te pareces mais? Se tivesses aqui a tua fotografia, onde é que ficava bem?". A amostra deste estudo é constituída apenas por crianças cuja autocategorização era considerada correcta, ou seja, quando a criança respondia que colocaria a sua fotografia no grupo correspondente àquele em que foi categorizada pela entrevistadora (tarefa adaptada de Dutton, Singer & Devlin, 1998).

A valorização da pertença, adaptada da medida de Vala, Monteiro, Lima e Caetano (1994), permite-nos caracterizar o grau em que a criança gosta de pertencer ao grupo em que se considerou inserida. Esta avaliação era realizada através de uma escala de cinco pontos, entre "gosto muito" e 'não gosto nada' de pertencer a esse grupo, em resposta à questão "Quanto é que tu gostas de ser como as crianças do teu grupo?".

Os participantes deste estudo utilizaram os pontos 3, 4 e 5 da escala de valorização da pertença, tendo sido divididos a posteriori em dois grupos: "identificação elevada", correspondendo às crianças que usaram o nível 5 da escala, e "identificação moderada", correspondendo às crianças que usaram os níveis 3 e 4 da escala. Em cada nível de identificação encontram-se cerca de metade dos participantes de cada grupo étnico (quadro 1).

Quadro 1 Composição da amostra por grupo étnico e nível de identificação

Etnia	Nível de identificação		Total
	Elevado	Moderado	
Branca	46	45	91
Negra	41	40	81
Total	87	85	172

Medida de percepção de variabilidade

Como medida da percepção de variabilidade, foi adaptada uma tarefa de distribuição dos membros do endogrupo e do exogrupo por vários níveis de um atributo (Linville *et al.*, 1989). Na sua forma original, esta tarefa consiste em solicitar aos participantes (adultos) que distribuam 100 membros imaginários do grupo ao longo

de uma escala de oito pontos, para cada um dos atributos apresentados (*e.g.* simpatia). Foi aplicada às crianças uma escala de cinco níveis através da utilização de cinco caixas de cartão, com a mesma dimensão (20 x 15 x 10 cm), a mesma cor (branca), representando cada caixa um nível do atributo. As crianças distribuíam 11 elementos por cada grupo-alvo ao longo dos cinco níveis do atributo. Para este efeito, procedeu-se a um levantamento do vocabulário utilizado para descrever as crianças de cada grupo étnico, junto de crianças brancas e negras a frequentar escolas do ensino público na área da grande Lisboa, no 1.º ciclo do ensino básico. Esta amostra era constituída por 35 sujeitos, sendo 18 do 1.º ano e 17 do 4.º ano, 12 dos sujeitos eram negros (de origem africana) e 23 eram brancos (lusos). Como resultado da análise às respostas dos sujeitos, identificaram-se quatro dimensões de descrição: a física, a psicológica, a social e a escolar (Monteiro e Ventura, 1997). Os atributos escolhidos para cada dimensão foram bonito-feio, simpático-antipático, rico-pobre e lê bem-lê mal. Todos estes atributos são referidos por cada grupo étnico como características do endogrupo (pólo positivo) e do exogrupo (pólo negativo). A descrição da criança membro do endogrupo (branca ou negra) foi sempre mais positiva do que a descrição da criança membro do exogrupo (negra ou branca), característica válida em todas as dimensões de descrição.

Considerou-se ainda, de modo a tornar a tarefa mais atractiva para as crianças, a utilização de caras com expressão neutra. Cada criança distribuía 11 caras coloridas por grupo-alvo, em bege claro as que representavam as crianças brancas e em castanho as que representavam as crianças negras. A ordem de apresentação do grupo-alvo foi sistematicamente alterada de sujeito para sujeito por grupo étnico. Seguiu-se a seguinte instrução: "Vais agora pensar como são os meninos brancos/negros, se são bonitos ou feios". Depois referia-se que "A primeira caixa é onde vão ficar os meninos(as) muito bonitos; a segunda é a caixa dos meninos(as) bonitos, a caixa do meio é a dos meninos(as) que não são nem bonitos nem feios, a seguir é a caixa dos meninos feios e a última, a dos meninos muito feios". Enquanto se dava esta instrução, apontava-se para cada uma das cinco caixas que constituíam a escala.

"Agora, vais pôr em cada caixa o número que quiseres de meninos brancos/negros que tu achas que são muito bonitos, bonitos, nem bonitos nem feios, os que achas feios e os que são muito feios. Pões estes meninos como quiseres. Não há respostas certas nem erradas. Estás à vontade para fazer como quiseres e tens o tempo que quiseres para pões todos os meninos nas caixas. "

Resultados

Para aceder ao efeito da identificação étnica sobre a percepção de variabilidade, procedeu-se ao cálculo de análises de variância com medidas repetidas no factor intra-sujeitos para cada uma das medidas, de acordo com o desenho de estudo: 2 estatuto étnico dos grupos x 2 nível de identificação x 2 grupo-alvo, tendo como

medidas dependentes a tendência central, a variância e a amplitude das distribuições.

Tendência central

Foi criado um índice a partir dos 4 atributos utilizados para caracterizar os grupos-alvos ($\alpha_{\text{alvo branco}}=0,72$; $\alpha_{\text{alvo negro}}=0,75$). A análise de variância com medidas repetidas revelou a existência de um efeito principal do grupo-alvo, $F(1,168)=14,762$, $p \leq 0,000$, e um efeito de interação grupo-alvo x estatuto étnico, $F(1,168)=6,898$; $p \leq 0,009$. Verificamos então que o grupo branco ($M=3,540$; d.p.=0,470) é visto pelo total da amostra de modo mais favorável que o grupo negro ($M=3,370$; d.p.=0,493). Análises posteriores revelam que o grupo de crianças brancas favorece mais o seu grupo ($M=3,579$; d.p.=0,410) que o exogrupo ($M=3,303$; d.p.=0,499), $F(1,90)=23,669$; $p \leq 0,000$. O grupo de crianças negras não apresenta diferenças significativas na favorabilidade dos grupos, apresentando uma média geral de 3,470 (d.p.=0,046). Os resultados encontrados nesta medida replicam os de um estudo prévio com uma amostra mais pequena desta população (Guinote *et al.*, 2001), mostrando que, em atributos que são utilizados para descrever crianças ou pessoas em geral, as crianças avaliam ambos os grupos étnicos de forma positiva.

Variância percebida

A variância percebida refere-se ao grau de dispersão da distribuição dos elementos de um grupo-alvo pelos vários níveis de um determinado atributo. De acordo com as características da medida utilizada neste estudo, os valores da variância oscilam entre 0 e 3,96 (v. Linville *et al.*, 1989). O valor máximo é atingido quando em cada ponto extremo da escala temos 50% da distribuição.

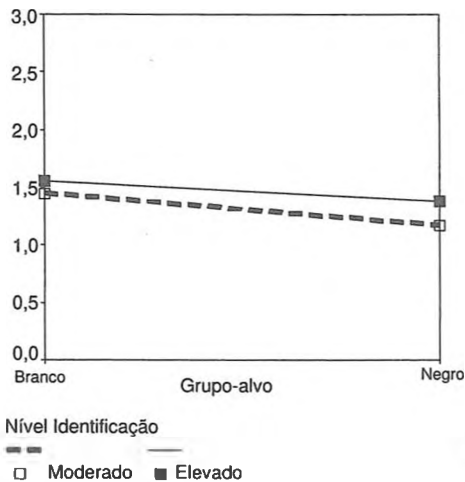
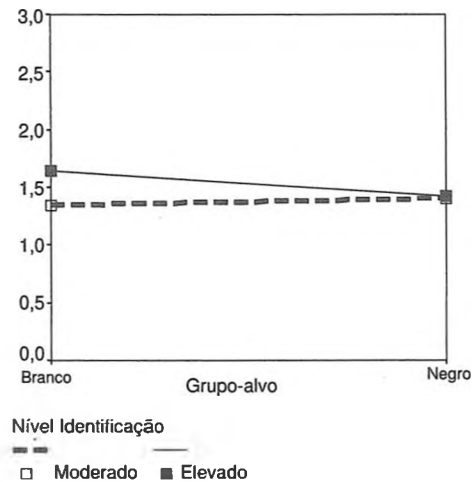
Foi criado um índice a partir dos quatro atributos utilizados para caracterizar os grupos-alvos ($\alpha_{\text{alvo branco}}=0,79$; $\alpha_{\text{alvo negro}}=0,80$). Os resultados obtidos demonstram a existência de um efeito principal do alvo avaliado [$F(1,168)=19,291$; $p \leq 0,000$], confirmando a nossa hipótese de partida. As crianças vêem o grupo-alvo branco como mais variável ($M=1,497$; d.p.=0,676) do que o grupo-alvo negro ($M=1,338$; d.p.=0,646).

Este resultado é qualificado por um efeito de interação entre o grupo-alvo e o estatuto étnico das crianças [$F(1,168)=4,170$; $p \leq 0,043$]. Análises subsequentes revelaram que as crianças brancas vêem o seu grupo como mais variável ($M=1,500$, d.p.=0,633) do que o exogrupo ($M=1,272$; d.p.=0,604) [$F(1,89)=16,752$, $p \leq 0,000$]. As crianças negras percebem também o grupo branco como mais variável ($M=1,497$; d.p.=0,725) do que o seu grupo ($M=1,412$; d.p.=0,687), embora este resultado seja menos significativo [$F(1,79)=4,024$, $p \leq 0,048$].

Analisando a interação entre os três factores [$F(1,168)=7,240$; $p \leq 0,008$], os resultados das crianças brancas mostram que as crianças negras são percebidas como

Quadro 2 Variância média por grupo étnico, nível de identificação e grupo-alvo

Etnia	Nível de identificação	Grupo-alvo	M	d.p.
Branco	Moderado	Branco	1,450	0,697
		Negro	1,172	0,633
	Elevado	Branco	1,552	0,564
		Negro	1,375	0,560
Negro	Moderado	Branco	1,349	0,759
		Negro	1,405	0,710
	Elevado	Branco	1,641	0,665
		Negro	1,418	0,671

**Figura 1** Variância intragrupal percebida por nível de identificação e grupo-alvo, para grupo étnico branco**Figura 2** Variância intragrupal percebida por nível de identificação e grupo-alvo, para grupo étnico negro

constituindo um grupo mais homogêneo ($M_{IdMod}=1,172$, $d.p.=0,633$; $M_{IdElev}=1,375$, $d.p.=0,560$) do que as crianças brancas ($M_{IdMod}=1,450$, $d.p.=0,697$; $M_{IdElev}=1,552$, $d.p.=0,564$) em ambos os níveis de identificação [$F_{IdMod}(1,45)=13,725$, $p\leq 0,001$; $F_{IdElev}(1,44)=0,643$, $p\leq 0,037$] (quadro 2). O nível de identificação com o grupo, no caso do grupo com estatuto mais elevado, não é um factor diferenciador das percepções de variabilidade (figura 1).

Relativamente ao grupo com baixo estatuto, as crianças negras com identificação moderada percebem os grupos como tendo variabilidades semelhantes ($M_{brancos}=1,349$, $d.p.=0,759$; $M_{negros}=1,405$, $d.p.=0,710$) [$F(1,40)=1,216$, n.s.], enquanto que

as crianças negras com identificação elevada vêm o exogrupo ($M=1,641$; $d.p.=0,665$) como mais variável que o seu grupo ($M=1,418$; $d.p.=0,671$) [$F(1,39)=11,664$; $p\leq 0,002$] (figura 2).

Os pontos extremos da escala impõem constrangimentos sobre as estimativas de dispersão. Para testar esta hipótese foi realizada uma análise de covariância (Ancova) controlando a extremidade dos julgamentos. Mantém-se o efeito principal do grupo-alvo [$F(1,166)=8,795$; $p\leq 0,003$] e o efeito de interação tripla grupo-alvo x estatuto étnico x nível de identificação [$F(1,166)=6,595$; $p\leq 0,011$] encontrados.

Amplitude percebida

A amplitude da distribuição corresponde à diferença entre os pontos extremos da escala utilizados em cada distribuição. Se for utilizado o mesmo nível do atributo para colocar todos os elementos do grupo-alvo, a amplitude será a mínima possível, i. é., 0; se forem utilizados todos os níveis do atributo para a distribuição dos elementos do grupo-alvo, então a amplitude será neste caso a máxima, isto é, 4.

Foi criado um índice a partir dos quatro atributos utilizados para caracterizar os grupos-alvos ($\alpha_{\text{alvo branco}}=0,84$; $\alpha_{\text{alvo negro}}=0,85$). Os resultados da análise de variância obtidos demonstram não existirem efeitos principais significativos relativos ao estatuto dos grupos, ao nível de identificação ou ao grupo-alvo avaliado, embora se revelem algumas tendências.

Verifica-se um efeito de interação tendencial grupo-alvo x estatuto dos grupos [$F(1,168)=2,870$; $p\leq 0,09$], no entanto, análises subsequentes não revelaram diferenças significativas entre a amplitude percebida por brancos e negros em relação aos grupos-alvos. Existe também tendencialmente um efeito triplo de interação entre o estatuto dos grupos, o nível de identificação e o grupo-alvo [$F(1,168)=2,976$; $p\leq 0,086$]. Além disso, verifica-se que crianças com níveis de identificação mais elevados tendem a perceber maior variabilidade nos grupos ($M=2,855$; $d.p.=0,111$) do que quem tem uma identificação moderada com o seu grupo ($M=3,142$; $d.p.=0,113$) [$F(1,168)=3,284$; $p\leq 0,07$].

Para controlar o efeito dos pontos extremos da escala sobre as distribuições foi realizada uma Ancova com as medidas de extremidade como covariadas. Verificou-se um efeito significativo destas variáveis sobre os resultados da amplitude percebida, encontrando-se resultados semelhantes aos da medida de variância: efeito principal do grupo-alvo avaliado [$F(1,166)=4,830$; $p\leq 0,029$], efeito de interação do estatuto étnico com o grupo-alvo [$F(1,166)=3,719$; $p\leq 0,056$] e efeito de interação tripla entre estatuto étnico, grupo-alvo e nível de identificação [$F(1,166)=0,674$; $p\leq 0,057$].

O grupo-alvo branco é, em geral, percebido como mais heterogêneo ($M=3,016$; $d.p.=0,062$) do que o grupo-alvo negro ($M=2,985$; $d.p.=0,067$). Esta percepção é diferente consoante o avaliador é branco ou negro. Assim, as crianças brancas percebem maior amplitude no seu grupo ($M=3,074$; $D=0,075$) do que no

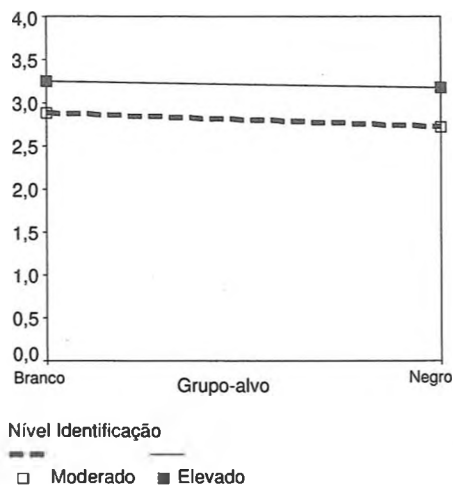


Figura 3 Amplitude intragrupal percebida por nível de identificação e grupo-alvo, para grupo étnico branco

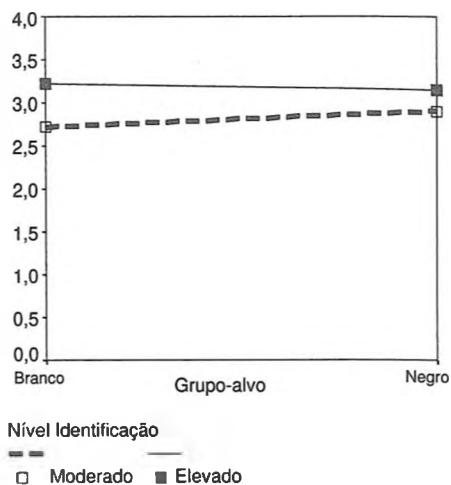


Figura 4 Amplitude intragrupal percebida por nível de identificação e grupo-alvo, para grupo étnico negro

exogrupo ($M=2,967$; $d.p.=0,088$) [$F(1,88)=5,302$; $p\leq 0,024$], enquanto que as crianças negras não diferenciam os dois grupos-alvos [$F(1,78)=0,010$; n.s.]. Relativamente à interacção tripla, encontramos diferenças significativas apenas nas percepções que as crianças brancas com identidade moderada têm dos dois grupos, sendo o grupo das crianças negras visto como mais homogéneo ($M=2,777$; $d.p.=0,134$) do que o próprio grupo ($M=2,918$; $d.p.=0,101$) [$F(1,166)=3,674$; $p\leq 0,057$].

As figuras 3 e 4 mostram que os resultados encontrados com ambas as medidas de variabilidade apresentam padrões semelhantes.

Discussão

A percepção de variabilidade intragrupal tem sido pouco estudada com populações infantis, tendo-se debruçado a pesquisa nesta área principalmente sobre a posição deste tipo de percepção social na relação entre a aquisição de processos cognitivos e o preconceito étnico (Aboud & Levy, 2000). Esta abordagem desenvolvimentista não tem, a maior parte das vezes, em conta o estatuto dos grupos na relação intergrupual, quer dos grupos-alvos, quer dos grupos de avaliadores, sendo este um dos factores determinantes da construção positiva da identidade étnica. Ao ignorar o papel do estatuto dos grupos étnicos, surgem algumas dificuldades em transferir para os grupos minoritários a mesma sequência de etapas no

processo de desenvolvimento cognitivo que é aplicada às crianças de estatuto superior (Rotheram & Phinney, 1987). O presente estudo procurou contribuir para minimizar esta lacuna, colocando a assimetria de estatuto étnico como factor explicativo das percepções de variabilidade dos grupos. Simultaneamente, pretendeu-se averiguar se o grau de identificação com o grupo étnico modera esta relação entre assimetria étnica e percepção de variabilidade. Mais especificamente, previa-se que esta identificação interferisse nos julgamentos das crianças de baixo estatuto, que por definição têm uma identificação menos positiva com o seu grupo e poderiam perceber os grupos de forma diferenciada consoante a importância que dão a essa pertença.

Os resultados encontrados neste estudo, nomeadamente os que utilizam a variância como medida de variabilidade, confirmam as hipóteses iniciais relativas à influência da assimetria de estatuto e do grau de identificação com o grupo sobre a percepção de variabilidade dos grupos. Encontrou-se um efeito do estatuto étnico do alvo sobre a percepção de variabilidade, que reflecte os resultados que têm sido encontrados na literatura sobre este fenómeno, quer em adultos (Lorenzi-Cioldi, 1998; Simon & Hamilton, 1994) quer com crianças (Verkuyten *et al.*, 1995). As crianças do grupo étnico de estatuto superior são percebidas como constituindo um grupo composto por elementos mais diferenciados do que o grupo das crianças de estatuto étnico inferior, replicando também os resultados encontrados previamente com uma amostra portuguesa (Guinote *et al.*, 2001).

Foi encontrado também um efeito de interacção triplo entre o estatuto étnico, o grupo-alvo avaliado e o grau de identificação étnica. No caso das crianças brancas, a identificação étnica não interfere significativamente nas suas percepções sobre os grupos. Estas crianças produzem, para ambos os níveis de identificação com o endogrupo, um efeito de homogeneidade do exogrupo. As crianças negras, por sua vez, diferem nas suas percepções consoante o nível de identificação étnica. Com um nível moderado de identificação étnica, os grupos-alvos são percebidos com o mesmo grau de variabilidade, efeito que reproduz os resultados encontrados por Lorenzi-Cioldi (1998) para grupos de baixo estatuto. Quando as crianças negras apresentam um grau elevado de identificação étnica, a percepção dos grupos é diferenciada: o endogrupo é percebido como mais homogéneo do que o exogrupo.

Estes resultados, no seu conjunto, vão no sentido dos que foram observados com adultos por Simon e Pettigrew (1990), Simon e Hamilton (1994), e Guinote (2001), confirmando que a identificação com o endogrupo é um factor moderador dos efeitos da pertença estatutária sobre a percepção de variabilidade do endo e do exogrupo, nomeadamente para os membros dos grupos de baixo estatuto, que associam a alta identificação com o endogrupo a uma maior percepção de homogeneidade endogrupal. Distanciam-se, porém, dos de Doosje e colaboradores (1995), que observaram que a variação da identificação com o endogrupo tinha consequências na variação idêntica dos dois grupos-alvos, sendo também os grupos de baixo estatuto os que percebiam de forma mais homogénea o seu grupo, mas apenas quando a identificação com o endogrupo era alta.

Em relação aos estudos com crianças, apenas a questão do efeito da assimetria de estatuto sobre a percepção de variabilidade dos grupos recebeu alguma atenção (Yee & Brown, 1988; Verkuyten *et al.*, 1995; Guinote *et al.*, 2001), sendo convergentes os seus resultados: por volta dos 9-10 anos, os grupos de estatuto mais elevado percebem o endogrupo como mais variável do que o exogrupo, enquanto os grupos de baixo estatuto percebem o endogrupo como menos variável do que o exogrupo. Esta consensualidade das percepções de variabilidade replica a que foi encontrada com adultos (Lorenzi-Cioldi, 1988; Cabecinhas, 1994; Guinote, 1999b; 2001), embora a sua interpretação continue polémica, consoante seja descodificada pelos olhos dos dominantes (os dominados apenas conseguem reproduzir o modelo dominante) ou pelos olhos dos dominados (perceber os dominantes como mais diferenciados favorece a adaptação a um meio desfavorável).

A introdução da identificação com o endogrupo no desenho de investigação do presente estudo com crianças visava contribuir, à semelhança do estudo de Doosje e colaboradores, para uma compreensão mais alargada do fenómeno da percepção de variabilidade nas relações intergrupais, situando-se numa perspectiva mais motivacional. A identificação com o endogrupo desempenhou, de facto, um papel de moderação, que interpretamos do seguinte modo: os membros do grupo de baixo estatuto étnico, com elevada identificação com o seu grupo, percebem o seu grupo como mais homogéneo que o exogrupo, sendo então a identidade étnica um factor de coesão subjectiva com potenciais reflexos na manutenção dessa mesma identidade (Ellemers, 1993) e da acção colectiva (Kelly, 1993); quando, porém, ainda nos grupos de baixo estatuto étnico, a identificação com o endogrupo é moderada, assistimos a uma percepção de variabilidade idêntica dos dois grupos-alvos, sendo então a identidade étnica um factor de indiferenciação destes. Se supusermos, porém, que a moderada identificação endogrupal do grupo de crianças africanas pode significar o início de uma orientação mais positiva em relação à etnia europeia, uma fase intermédia entre a sua inclusão e a sua auto-exclusão do seu grupo, ou mesmo já o desenhar de uma estratégia de mobilidade social, a sua percepção de variabilidade indiferenciada dos dois alvos pode adquirir o significado dessa matização de comparações que está em curso.

A questão que deve então ser averiguada, na sequência das propostas de Berry neste domínio (Berry, 1990), é a da singularidade *vs.* pluralidade da identificação grupal, nomeadamente nas situações de aculturação. A identificação étnica endogrupal, num quadro em que as opções de sobrevivência e de adaptação social orientam os indivíduos para pertenças, objectivas ou subjectivas, de natureza alternativa, deixam de ser os pontos únicos de ancoragem cognitivo-motivacional, e portanto os seus guias de percepção de si e dos outros. A informação acerca dos referentes alternativos — o grau de identificação com o grupo de estatuto superior ou maioritário — pode então permitir clarificar a relação entre a posição estatutária dos grupos e a exclusividade ou a pluralidade das suas identificações étnicas (Tajfel, 1978a).

Em relação aos grupos naturais, esta complexidade identitária extravasa a que tem sido manipulada laboratorialmente, parecendo então necessário integrar

este modelo das identidades múltiplas na investigação subsequente. A investigação aqui apresentada com crianças e com categorias étnicas naturais, sugere também que é necessário verificar, não tanto em termos desenvolvimentistas, uma vez que a partir da faixa etária estudada é flagrante a convergência de resultados com os adultos, mas na perspectiva cognitiva-motivacional, se a pluralidade de identidades está presente, e quais as suas consequências na percepção de si e dos outros enquanto sinalizadores do preconceito e da discriminação intergrupais.

Referências

- About, F. E. (1988). *Children and prejudice*. Oxford: Basil Blackwell.
- About, F. E., & Levy, S. R. (2000). Interventions to reduce prejudice and discrimination in children and adolescents. In S. Oskamp (Ed.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 269-293). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Berry, J. (1990). Psychology of acculturation. In J. Berman (Ed.), *Nebraska symposium on motivation* (vol. 37, pp. 201-234). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Bigler, R., Jones, L. C., & Lobliner, D. B. (1997). Social categorization and the formation of intergroup attitudes in children. *Child Development*, 68, 530-543.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Cabecinhas, R. (1994). *Assimetrias na percepção dos outros: Para uma abordagem psicossomática do processamento de informação sobre grupos sociais*. Tese de mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity theory and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations*. Londres/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de L'Homme.
- Deschamps, J. C. (1984). The social psychology of intergroup relations and categorical differentiation. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension: European developments in social psychology* (pp. 541-559). Cambridge: Cambridge University Press.
- Deschamps, J. S., & Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In Tajfel, H. (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 141-158). Londres: Academic Press.
- Devos, T., Comby, L., & Deschamps, J. C. (1996). Asymmetries in judgement of ingroup and outgroup variability. *European Review of Social Psychology*, 7, 95-144.
- Doise, W., Deschamps, J. C., & Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 159-168). Londres: Academic Press.
- Doise, W., & Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In J. van Oudenhoven & T. M. Willemsen (Eds.), *Ethnic minorities: Social psychological perspectives* (pp. 43-58). Amsterdão: Swets & Zeitlinger.
- Dooje, B., Ellemers, N., & Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 410-436.

- Doosje, B., Spears, R., Ellemers, N., & Koomen, W. (1999). Perceived group variability in intergroup relations: The distinctive role of social identity. *European Review of Social Psychology, 10*, 41-74.
- Doyle, A. B., & Aboud, F. E. (1995). A longitudinal study of white children's racial prejudice as a social-cognitive development. *Merrill-Palmer Quarterly, 41*, 209-228.
- Dutton, S., Singer, J., & Devlin, A. S. (1998). Racial identity of children in integrated, predominantly white and black schools. *The Journal of Social Psychology, 138*, 41-53.
- Ellemers, N. (1993). The influence of socio-structural variables on identity management strategies. In W. Stroebe, & M. Hewstone (Eds), *European review of social psychology, 4*, 27-57.
- Ellemers, N., Spears, R., & Doosje, B. (1997). Sticking together or falling apart: Ingroup identification as a psychological determinant of group commitment versus individual mobility. *Journal of Personality and Social Psychology, 72*, 617-626.
- Guinote, A. (1999a). Percepção de variabilidade de grupo: Modelos de compreensão, resultados empíricos e tendências actuais. *Psicologia, XII*, 273-291.
- Guinote, A. (1999b). A percepção de homogeneidade em grupos minoritários: O caso dos angolanos em Portugal. Manuscrito não publicado.
- Guinote, A. (2001). The perception of intragroup variability in a minority and a non-minority context: The role of perceived variability in social adaptation. *British Journal of Social Psychology, 40*, 117-132.
- Guinote, A., Mouro, C., Pereira, H., & Monteiro, M. (2001). Children's perceptions of group variability as a function of status and power. Manuscrito apresentado para publicação.
- Judd, C. M., & Park, B. (1988). Out-group homogeneity: Judgments of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*, 778-788.
- Katz, P. A., Sohn, M., & Zalk, S. R. (1975). Perceptual concomitants of racial attitudes in urban grade-school children. *Developmental Psychology, 11*, 135-144.
- Kelly, C. (1989). Political identity and perceived intragroup homogeneity. *British Journal of Social Psychology, 28*, 239-250.
- Kelly, C. (1993). Group identification, intergroup perceptions and collective action. *European Review of Social Psychology, 4*, 59-83.
- Linville, P. W., Ficher, G. W., & Salovey, P. (1989). Perceived distributions of the characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence and a computer simulation. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*, 165-188.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés, images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1993). They all look alike, but so do we... sometimes: Perceptions of in-group and out-group homogeneity as a function of sex and content. *British Journal of Social Psychology, 32*, 111-24.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. *European Review of Social Psychology, 9*, 31-75.
- Marques, J. M., & Paéz, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia social* (4.ª edição, pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Milner, D. (1984). The development of ethnic attitudes. In H. Tajfel (Ed.). *The social dimension* (vol. I, pp. 89-110). Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
- Monteiro, M. B., & Ventura, P. (1997). A escola faz a diferença? Práticas maternas e o desenvolvimento da noção de pessoa. In M. B. Monteiro & P. Castro (Orgs.), *Cada cabeça sua sentença: Ideias dos pais sobre educação e desenvolvimento das crianças*. Lisboa: Celta Editora.
- Ostrom, T. M., & Sedikides, C. (1992). Out-group homogeneity effects in natural and minimal groups. *Psychological Bulletin*, 112, 536-552.
- Park, B., & Judd, C. M. (1990). Measures and models of perceived group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 173-191.
- Park, B., Ryan, C., & Judd, C. (1992). Role of meaningful subgroups in explaining differences in perceived variability for ingroups and outgroups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 553-567.
- Park, B., & Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Rotheram, M. J., & Phinney, J. M. (1987). Introduction: definition and perspectives in the study of children's ethnic socialization. In J. M. Phinney & M. J. Rotheram (Eds.), *Children's ethnic socialization. pluralism and development*. Londres. Sage.
- Sachdev, I., & Bourhis, R. (1991). Power and status differentials in minority and majority group relations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 1-24.
- Simon, B., & Brown, R. (1987). Perceived intragroup homogeneity in minority-majority contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 703-711.
- Simon, B., & Hamilton, D. L. (1994). Self-stereotyping and social context: The effects of relative in-group size and in-group status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 699-711.
- Simon, B., & Pettigrew, T. F. (1990). Social identity and perceived group homogeneity: Evidence for the ingroup homogeneity effect. *European Journal of Social Psychology*, 20, 269-286.
- Simon, B. (1992). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the intergroup context. *European Review of Social Psychology*, 3, 1-30.
- Simon, B., Glässner-Bayerl, B., & Stratenwerth, I. (1991). Stereotyping and self-stereotyping in a natural intergroup context: The case of heterosexual and homosexual men. *Social Psychology Quarterly*, 54, 252-266.
- Simon, B., Kulla, C., & Zobel, M. (1995). On being more than just a part of the whole: Regional identity and social distinctiveness. *European Journal of Social Psychology*, 25, 325-40.
- Stephan, W. G. (1977). Cognitive differentiation in intergroup perception. *Sociometry*, 40, 50-58.
- Tajfel, H. (1978a). *Differentiation between social groups; Studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1978b). *The Social psychology of minorities: A minority rights group international report*. Londres: Minority Rights Group.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.

- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgment. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., & Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the influence of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica*, 22, 191-201.
- Tajfel, H., & Turner, J. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Turner, J., & Giles, H. (1981). *Intergroup behavior*. Oxford: Basil Blackwell.
- Turner, J. C. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford: Basil-Blackwell.
- Turner, J., & Brown, R. (1978). Social status, cognitive alternatives and intergroup relations. Tajfel, H. (Ed.), *Differentiation between social groups* (pp. 201-225). Londres: Academic Press.
- Vala, J., Lima, L., & Monteiro, M. B. (1994). Conflitos intergrupais em contexto organizacional: Problemas de investigação e de intervenção. In J. Vala, M. B. Monteiro, L. Lima & A. Caetano, *Psicologia social das organizações: Estudos em empresas portuguesas*. Lisboa: Celta Editora.
- Van Knippenberg, A. (1984). Intergroup differences in group perceptions. In H. Tajfel (Ed.), *The Social Dimension: European developments in social psychology*. (pp. 560-578). Cambridge: Cambridge University Press.
- Verkuyten, M., Masson, K., & Elffers, H. (1995). Racial categorization and preference among older children in the Netherlands. *European Journal of Social Psychology*, 25, 637-656.
- Voci, A. (2000). Perceived group variability and the salience of personal and social identity. *European Review of Social Psychology*, 11, 177-221.
- Wilder, D. A. (1984). Predictions of belief homogeneity and similarity following social categorization. *British Journal of Social Psychology*, 23, 323-33.
- Yee, M. D., & Brown, R. J. (1988). *Children and Social comparisons*, final Report to the ESRC, University of Kent.

Statute, ethnic identity and perceived variability in children (abstract) The main purpose of this study was to address the moderator role of the identification level with the ethnic ingroup on the relationship between the ethnic status of the groups and the relative ingroup and outgroup variability in children. nine to ten years old White and Black children distributed white and black faces along four general dimensions used to characterize children in general. The research design was 2 status x 2 identification level x 2 target group. It was found a main effect of target group: both white and black children perceived more variability in the white than in the black target group. In addition, a three way interaction showed that black children perceptions of variability are influenced by their level of identification while white children are not. Black children with high identification display an ingroup homogeneity effect and black children with moderate identification do not differentiate the groups. These results are discussed within the framework of motivational perspectives of perceived variability.